

# O lugar do cativeiro na construção informativa do ultramar português: o caso da China (1524–1556)

## The role of the captivity in the knowledge making of the Portuguese overseas territories: the case of China (1514-1556)

Cláudio César Foltran Ulbrich<sup>1</sup>

**Resumo:** O advento da modernidade no século XV foi marcado por uma primeira integração global plena, uma vez que, pela primeira vez, Europa, América, África e Ásia estabeleceram contatos regulares. Com isso, surge a necessidade de sujeitos que pudessem transitar entre diferentes mundos e produzir informações acerca de terras até então desconhecidas ou apenas parcialmente conhecidas. Este artigo pretende discutir o papel crucial do cativeiro na transmissão e tradução de diferentes mundos para leitores europeus, focando principalmente sua posição política no meio ibérico no contexto da expansão imperial no ultramar. Para tanto, focar-se-á no caso específico dos cativeiros na China, que produziram as primeiras informações mais aprofundadas e fidedignas sobre geografia, sociedade e defesas daquelas partes, bem como na função política de utilidade assumida junto aos esforços de expansão imperial portuguesa.

**Palavras-chave:** Cativeiro, China, ultramar português, sujeitos transculturais, expansão marítima

**Abstract:** The advent of the Modernity in the 15<sup>th</sup> century was marked by a first proper global integration, as for the first time Europe, America, Africa, and Asia established regular contacts. Thus, there was a necessity of individuals that could transit between different worlds and produce knowledge about lands until then unknown or only partially known to Europeans. This article aims to discuss the crucial role of captives in the translation and transmission of different worlds to European readers, focusing mainly in their political place in the Iberian world in the context of the ultramarine expansion. As such, we will focus on the specific case of the Portuguese captives in China, whom produced the first more detailed and reliable information on the geography, society, and defenses there, as well as the political role as “useful” in the Portuguese imperial expansion.

**Keywords:** Captivity, China, Portuguese seaborne empire, transcultural subjects, maritime expansion

O final do medievo e o início da modernidade foram marcados por uma transformação de paradigma na produção científica e informativa. Foi neste momento que foram questionados conhecimentos autoritativos herdados das fontes clássicas, dando início a um conhecimento produzido a partir da experimentação e da observação direta. Fatores endógenos certamente tiveram uma influência significativa, como é o caso do humanismo renascentista (ainda que, naturalmente, toda a Renascença tenha uma forte influência dos contatos com o Oriente, que influenciou seu desenvolvimento material).<sup>2</sup> Mas foi na

<sup>1</sup> Formado em História (Licenciatura com Bacharelado) pela Universidade Federal do Paraná e atualmente mestrando em História pela mesma universidade. Pesquisa atualmente a circulação de informações sobre a China nos meios ibéricos a partir de escritos missionários do século XVI, com foco na construção imagética de maravilhamento a partir de tópicas pré-modernas. E-mail: claudiofoltran@gmail.com.

<sup>2</sup> BROTTON, Jerry. **O bazar do Renascimento:** da Rota da Seda a Michelangelo. São Paulo: Grua, 2009. *passim*, esp. 38-63. Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

influência de fatores exógenos — mormente, a abertura para o mundo a partir da expansão marítima — que foram plenamente amadurecidos os pressupostos de uma produção de conhecimento de caráter experimental, principalmente a partir do encontro com terras e povos que desafiavam a compreensão de mundo herdada de Aristóteles e Ptolomeu.<sup>3</sup>

Coube aos italianos a primazia desse movimento expansionista e dessa nova visão de mundo. Se na altura do século XIV a Europa era majoritariamente isolada, em que “o conhecimento que aí se tem do que efectivamente se passa nos outros continentes é quase sempre escasso, incorrecto e inadequado”, a Alta Idade Média assistiu a uma quebra desse isolamento.<sup>4</sup> Foi da península itálica que, a partir do século XIII, saem os primeiros viajantes em missões religiosas e comerciais em direção à Ásia, como (entre tantos outros) Giovanni de Pan Carpini, Niccolò di Conti, Francesco Balducci Pegolotti, Giovanni di Montecorvino, André de Perusia e Odorico de Pordenone. Destaca-se, naturalmente, o muito prolífico Marco Polo, cujo *Il Milione* moldou a visão europeia sobre o Extremo Oriente por séculos.<sup>5</sup>

Como veremos mais adiante, a primazia italiana no final do medievo ajudou a lançar as bases de um conhecimento empírico, em que os humanistas, quase numa mediação, buscavam relacionar aquilo que viam com o que conheciam dos clássicos, mas também lançando mão de sua própria experiência.<sup>6</sup> Os portugueses, por sua vez, farão um processo muito parecido de mediação entre o que Luís Filipe Barreto denomina a “cultura da expansão” e entre as culturas humanistas e, em menor escala, a escolástica.<sup>7</sup>

De pronto, podemos apontar que os portugueses, para além de consolidar o modo experimental de descobrir e registrar a partir do que se via (e não a partir dos autores greco-romanos), o fez de uma forma muito mais madura e aprofundada que os italianos e, quiçá, os espanhóis. Também pudera — não apenas explorarão territórios que europeus não haviam chegado anteriormente (como a África ao sul do Saara e a América), como também terão uma presença muito mais duradoura na Ásia, uma vez que os italianos lá estiveram de apenas de passagem. Por mais que não tenham exercido uma política de conquista propriamente dita, os portugueses tiveram presença nada negligenciável a partir das feitorias litorais, que, se

<sup>3</sup> Edmundo O’Gorman aponta a incongruência do conhecimento medieval frente ao que os europeus iam encontrando em suas expedições, como o tamanho da África, a inexistência das “terras antípodas”, a habitabilidade da “zona tórrida”, e, claro, o próprio achamento da América, desconhecida por todas as fontes autoritativas até então. Quanto a isso, veja O’GORMAN, Edmundo. *O horizonte cultural*. In: O’GORMAN, Edmundo. **A invenção da América**: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 69-96.

<sup>4</sup> MATTOSO, José. Antecedentes medievais da expansão portuguesa. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (orgs.). **História da expansão portuguesa**. 1 v. Lisboa: Temas e Debates, 1998. p. 12.

<sup>5</sup> Cabe ainda citar John Mandeville, cujas *Viagens* circularam pela Europa no século XIII com grande popularidade. Não obstante, há dúvidas sobre se o autor realmente esteve na Ásia, uma vez que seu relato é, de mais a mais, uma compilação cacofônica de relatos anteriores.

<sup>6</sup> DORÉ, Andréa. Cristãos na Índia no século XVI: a presença portuguesa e os viajantes italianos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 311-339, *maxime* 314-315, 2002.

<sup>7</sup> BARRETO, Luís Filipe. Fundamentos da cultura portuguesa da expansão. **Philosophica**, Lisboa, n. 15, p. 89-115, 2000.

estendendo da costa oriental africana até o Japão, controlavam uma lucrativa rede comercial que os portugueses estiveram de posse em mais de dois séculos.<sup>8</sup>

A presença portuguesa foi responsável por uma descrição geográfico-antropológica (e aqui eu empresto a definição de Barreto novamente) muito mais detalhada, ampla e precisa.<sup>9</sup> Além disso, acaba por tocar em regiões que os europeus tinham absoluto interesse a partir das parcias informações que haviam recebido no medievo. É o caso particular do Japão (o Cipango de Marco Polo), mas, acima de tudo, do Cataio, que mais tarde viria a ser compreendido como a China.<sup>10</sup>

A produção de um conhecimento mais preciso veio porque alguns portugueses puderam entrar definitivamente na China e passar períodos longuíssimos — meses, até anos — e fazer análises detalhadas das minúcias da vida cotidiana, além de adquirir alguma fluência na língua. Foram além dos contatos mercantis litoral, aliás, com um grupo seletivo de sujeitos que puderam entrar na hinterlândia chinesa. Esses indivíduos que definitivamente “mergulharam” em território chinês foram os prisioneiros — que, apesar de não ter tido escolha, tiveram a consciência de fazer sua experiência um elemento útil para o reino. Este artigo pretende apresentar, portanto, como os cativos portugueses em Cantão buscaram se tornar informantes privilegiados, usando o que aprendiam — e havia pouquíssimas outras formas de se adquirir esse conhecimento — em favor da expansão imperial portuguesa. Os cativos de que aqui trataremos não apenas são fruto da própria circunstância da expansão (e todas as desvantagens que os portugueses encontravam em um ambiente até então desconhecido), mas igualmente buscam se colocar a serviço dela.

Os primeiros cativos de que temos notícia (e que serão tratados aqui) são Cristóvão Vieira e Vasco Calvo. Denominados como os “cativos de Cantão” por Donald Ferguson (o primeiro a descobrir os manuscritos na Biblioteca Nacional Francesa e a analisa-los, em 1902)<sup>11</sup>, eles são derivados diretamente do *debacle* da embaixada de Tomé Pires, que, como veremos, foi desbaratada em 1521. Suas missivas não apenas vão descrever brevemente o ocorrido — desde a chegada de sua embaixada até sua prisão — como vão oferecer informações cruciais sobre o território, a língua, a sociedade, a cultura, as formas de defesa e a

---

<sup>8</sup> THOMAZ, Luiz Felipe Ferreira Reis. Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI. In: THOMAZ, Luiz Felipe Ferreira Reis. **De Ceuta a Timor**. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 1994. p. 207-210.

<sup>9</sup> BARRETO, *op. cit.*, p. 95-96, 108-110.

<sup>10</sup> Há, naturalmente, controvérsias. Havia discordâncias quanto a relação entre a China, uma palavra que os europeus passam a usar apenas no século XVI, e o Cataio de Marco Polo. Perpetuava-se, em alguns círculos, a crença de que ambos eram duas entidades distintas — estando o Cataio ao norte da China. Havia, ainda, o problema da *Serica* de Ptolomeu, identificado com um ou outro. Será apenas com a viagem do frade jesuíta Benedito Goes (um português, nota-se), em 1605, que se estabelece que ambos são a mesma coisa, o que não impediu que o Cataio fosse registrado em mapas até o final do século XVII. Quanto a isto, confira CHANG, Y. Z. Why did Milton err on two Chinas?. **The Modern Language Review**, Cambridge, v. 65, n. 3, p. 493-498, jul. 1970.

<sup>11</sup> FERGUSON, Donald. **Letters from the Portuguese captives in Canton, written in 1534 & 1536**: with an introduction on Portuguese intercourse with China in the first half of the sixteenth century. [s.l.]: Educ. Steam Press, 1902.

administração pública. São, com efeito, os primeiros europeus conhecidos desde Marco Polo a escrever de *dentro* da China, e as informações que traziam eram absolutamente inéditas.

Pouco se sabe sobre as condições de escrita das cartas ou de quem eram seus autores. Mesmo sua data se coloca como duvidosa — embora os manuscritos afirmem que foram escritas em 1534 e 1536 (data colocada pela primeira vez por Ferguson e aceita como canônica), estudos mais recentes, como da filóloga Raffaella D'Intino (citando Armando Cortesão)<sup>12</sup> e de Rui Manuel Loureiro<sup>13</sup> as colocam possivelmente em 1524; portanto, muito mais cedo. Seus autores também estão rodeados de mistério. Vieira, pelo que se sabe, era um membro direto da embaixada de Tomé Pires.<sup>14</sup> T'ien-Tse Chang o aponta como sendo persa e provindo de Ormuz.<sup>15</sup> Supõe-se que seja um homem de alguma dignidade, além, claro, de demonstrar ser letrado. Quanto a Vasco Calvo, menos ainda se sabe. Liam Brockey aponta que era um mercante (o que ele próprio indica em sua carta), e que parecia estar atuando no rio das Pérolas desde 1521.<sup>16</sup> Sua relação com a embaixada, portanto, é pouco clara — parece ser circunstancial, acima de tudo, e acabou sendo apanhado no bota-fora de 1521. Mas o fato é que ele se encontrou com Vieira durante o período de cativeiro, uma vez que o cita diretamente: “vindo húa frota com tres mil homens farão húa fortaleza na cidade tomantoa por el Rei Noso Señor, a qual fortaleza farão onde Christovão Vieira escreve”; “[...] porque vivem em grande sogeição como Christovão Vieira da conta nessas cartas que escreve em que se da a conta señor toda”.<sup>17</sup> O conhecimento das cartas, acima de tudo, indica que sua condição de produção foi síncrona, ou, ao menos, muito próxima temporalmente.

As cartas dos cativeiros de Cantão podem ser definidas em duas temáticas gerais. A primeira é a descrição geográfica. Com efeito, Brockey aponta como essa era uma temática comum à primeira fase da sinologia (1520–1570), quando se procurava compreender a extensão e o tamanho da China Ming.<sup>18</sup> A segunda é um esforço reiterado (mais em Calvo que em Vieira) da possibilidade e estratégias a se empregar na conquista da China, um esforço que, além de fácil, seria especialmente lucrativo.

<sup>12</sup> D'INTINO, Raffaella. **Enformação das couosas da China:** textos do século XVI. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989. p. 5.

<sup>13</sup> LOUREIRO, Rui Manuel. **Cartas dos cativeiros de Cantão:** Cristóvão Vieira e Vasco Calvo (1524?). Introdução, leitura e notas de Rui Manuel Loureiro. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1992.

<sup>14</sup> PADRÓN, Ricardo. Sinophobia vs. Sinophilia in the 16<sup>th</sup> century Iberian world. **Revista de Cultura. International Edition**, Macau, n. 46, p. 94–107, 2014. p. 96-98.

<sup>15</sup> CHANG, T'ien-Tse. Malacca and the failure of the first Portuguese embassy to Peking. **Journal of the Southeast Asian History**, Cambridge, v. 3, n. 2, p. 45–64, set. 1962. p. 49-50.

<sup>16</sup> BROCKEY, Liam Matthew. The first China hands: the forgotten Iberian origins of Sinology. In: LEE, Christina H. (ed.). **Western visions of the Far East in a transpacific age, 1522–1657**. Farnham: Ashgate, 2012. p. 73.

<sup>17</sup> CALVO, Vasco. Trelado de outra carta que o mesmo Christovão Vieira [na verdade, Vasco Calvo] escreveo da China. In: D'INTINO, *op. cit.*, p. 50-51.

<sup>18</sup> BROCKEY, *op. cit.*, p. 72.

Num segundo, em um lapso de mais ou menos trinta anos, estão os relatos de Afonso Ramiro (1555), Amaro Pereira (1562) e Galiote Pereira (1553-1563).<sup>19</sup> Produzidas em um mesmo contexto — uma captura de uma empreitada comercial ilegal, indicada por D'Intino como o “mistério dos dois juncos”, relativo os dois juncos de mercadorias que intentavam entrar na China<sup>20</sup> — as obras nos dão conta das suas desventuras e do que puderam observar em sua breve passagem. Enquanto os dois primeiros dão conta do sistema legal (que puderam experimentar de antemão) e do potencial comercial da terra (mais uma vez destacando seu papel essencial para os interesses da coroa na região), Galiote Pereira (que ao que tudo indica tinha certa mobilidade física no território) pode construir um rico relato cobrindo sociedade, cultura, língua, religiosidade, paisagem, comércio e muitos outros. Seu relato foi considerado por alguns, inclusive, como um dos marcos fundadores da sinologia portuguesa.<sup>21</sup>

Para tanto, este artigo se divide em três momentos. Primeiro, aponta-se o papel do cativeiro como produtores de conhecimento privilegiados, cujo papel de utilidade política foi bem aproveitado pela coroa lusitana e se relaciona ao próprio *modus operandi* consolidado na expansão. Depois, discute-se o estabelecimento da presença portuguesa na Ásia e os primeiros esforços na coleta informativa sobre a China, que culmina no cativeiro e seu papel fundamental nesse processo. Por fim, discute-se o papel do cativeiro na coleta de informações geográficas, essenciais num primeiro momento de contatos tentativos e nos quais Portugal perscrutava as possibilidades comerciais com a China.

## O cativeiro e o império

A forma de se compreender o outro nas esferas lusitana está intimamente relacionada com a *cultura da expansão*, um campo de conhecimentos *práticos*, relacionados com a arte de navegar e às tentativas de leitura e categorização das diferentes sociedades com que se encontravam. Para Barreto, ela pode ser dividida em quatro campos: “o teórico-prático da marinaria, o teórico-crítico da científicidade, o da geografia descriptiva e antropológica e o da doutrina-valoração ideológica”<sup>22</sup>

Essa cultura tinha como característica ser “claramente subalterna, existindo a partir de estratégias por entre e em confluência com as hegemonias”. Isso garantiu a ela “margens únicas de liberdade, distância espacial e temporal únicas frente ao palco do controle e da repressão popular”.<sup>23</sup> Ainda mais, sua

<sup>19</sup> As datações são de D'Intino (1989).

<sup>20</sup> D'INTINO, *op. cit.*, p. 87.

<sup>21</sup> BARRETO, Luís Filipe. Da China Ming na cultura europeia: os pólos português e italiano. **Anais de História de Além-Mar**, Lisboa; Ponta Delgada, v. 3, p. 409-446, 2002. p. 410.

<sup>22</sup> BARRETO, *Fundamentos...*, p. 94.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 90.

heterogeneidade intrínseca reflete uma falta de sistematicidade, a ausência de um vocabulário próprio, a pouca presença no meio editorial e pouco impacto na cultura erudita.<sup>24</sup>

Seu caráter prático, aliás, difere muito do que era produzido pela escolástica e pelo humanismo universitários. Isso porque, diferentemente do conhecimento erudito, a cultura da expansão era produzida mormente em português, a língua vernácula, e circulava em manuscritos (ainda que eles tenham sido publicados posteriormente na Itália e em outros locais). São conhecimentos produzidos por homens práticos, de estratos sociais mais baixos, frequentemente iletrados, e é igualmente consumido por populares.<sup>25</sup>

No caso da literatura geográfico-antropológica, que será nosso foco aqui, Barreto destaca o papel político dessas obras, que poderiam ser tanto folhetins informativos de caráter administrativo como tratados ou relatos de viagem, que davam conta das terras e povos com que os portugueses iam entrando em contato.<sup>26</sup> Se os relatos de cativeiro não são aqui mencionados (discutivelmente podem ser classificados como relatos de viagem), eles bem assumem esse sentido prático e útil de tradução e transmissão de conhecimentos das margens do império para o centro.

Assim, foram desenvolvidas práticas comuns de coleta de informação e de construção de intermediários. As primeiras e mais naturais eram os *degredados* (condenados penais abandonados em territórios do ultramar) e os *lançados* (sujeitos que eram abandonados em territórios estranhos com o intuito de aprender a língua e os costumes, com o intuito natural de servirem como intérpretes no futuro).<sup>27</sup> Havia, ainda, o escravo-intérprete, homens (geralmente crianças) que eram capturados e enviados à Lisboa, para estudarem o português e assim servir de tradutores.<sup>28</sup> Naturalmente, havia o uso de tradutores locais contratados — é o caso dos *turgimãos*<sup>29</sup>, na África, e dos *jurubaças*<sup>30</sup>, na Ásia. Dispensável a necessidade de se citar os viajantes e cronistas, que tiveram amplo impacto junto ao público erudito através da imprensa.<sup>31</sup> E havia o cativo, um sujeito cuja experiência transcultural era absolutamente ímpar a todos estes.

Independente da forma que assumiram, esses sujeitos eram o que Alida Metcalf denomina *intermediários* (ou, no original, *go-betweens*), pessoas responsáveis por fazer a intermediação entre dois

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 91.

<sup>25</sup> BARRETO, *Fundamentos...*, p. 94-96.

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 108-110.

<sup>27</sup> VOIGT, Lisa. Introduction. In: VOIGT, Lisa. **Writing captivity in the Early Modern Atlantic**: circulations of knowledge and authority in the Iberian and English imperial worlds. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2009. p. 4.

<sup>28</sup> Cf. CURTO, Diogo Ramada. O sistema do escravo-intérprete. In: CURTO, Diogo Ramada. **Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVII)**. Campinas: Editora Unicamp, 2009. p. 27-55, esp. 27-30.

<sup>29</sup> *Ibid.*, p. 28.

<sup>30</sup> PINA, Isabel. **Jesuítas chineses e mestiços na missão da China (1589-1689)**. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, I. P., 2011. p. 34.

<sup>31</sup> CURTO, Diogo Ramada. A literatura e o império: entre o espírito cavaleiroso, as trocas da corte e o humanismo cívico. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (orgs.). **História da expansão portuguesa**. v. 1 Lisboa: Temas e Debates, 1998. p. 434-454. Veja especialmente as seções “Os circuitos do livro impresso e as estratégias editoriais” (p. 443-446) e “Os conflitos de interpretação” (p. 449-451).

mundos. Portando-se como uma terceira pessoa entre as forças coloniais e as locais (e aqui a autora usa Georg Simmel), “operando em um espaço fronteiriço onde a influência do Império é mais fraca, muitas vezes os intermediários foram utilizados para arbitrar relações de modo que, ao longo do tempo, os interesses dos europeus fossem beneficiados em detrimento do mundo indígena”<sup>32</sup> Percebe-se, portanto, sua atuação eminentemente política, servindo como tradutores (no sentido mais amplo possíveis) entre duas culturas distintas, mas com um claro pendor para os europeus. Como bem destaca a autora, havia uma consciência do papel político desses mediadores, bem como o valor das informações que eles possuíam:

Enquanto intérpretes — intermediários transacionais — facilitavam o contato, os primeiros cronistas do Brasil tornaram-se influentes intermediários representacionais porque possuíam uma poderosa nova fonte de informação, altamente valiosa para os reis e mercadores da Europa. Pero Vaz de Caminha tornou-se um intermediário representacional quando escreveu sua carta diretamente ao rei. Reconhecendo claramente que ele havia visto coisas de particular interesse para o rei, e sabendo o valor das informações que transmitia, considerou apropriado pedir, ao final de sua carta, um perdão real para seu genro, que havia sido enviado como degredado para a ilha de São Tomé.<sup>33</sup>

As ações de Caminha, embora fuga do escopo desse artigo, demonstram bem a posição do intermediário, ao qual o cativeiro irá sumamente assumir — a do sujeito que tem consciência da utilidade de suas informações, mas que também espera receber uma contrapartida pelo que está revelando.

Temos, em suma, uma cultura da expansão muito própria do meio português, voltada para um sentido prático, descentralizado e pouco limitado teoricamente na transmissão de informações. Nela, encontramos uma gama de sujeitos que, paulatinamente, assumem o papel de tradutores, atravessadores comerciais e desbravadores que explicam o mundo e atuam em favor de seus conterrâneos. Se unirmos o lugar do homem que se vê nessas circunstâncias, mas que ao mesmo tempo é percebido como uma peça política chave, temos o cativeiro como um caso peculiar, mas especialmente representativo, dessas duas configurações.

O cativeiro é um velho conhecido das nações ibéricas. Sua presença pode ser traçada até o período da Reconquista, podendo ser traçado até pelo menos o século XII, uma situação que vai se tornar paulatinamente mais constante a partir do século XV, quando os conflitos se deslocam para o terreno africano.<sup>34</sup> Os cativos eram tomados tanto do lado dos cristãos quanto dos mouros, o que conformava instituições próprias para lidar com elas (como a figura distinta do “alfaqueque” e da Ordem da Santíssima

<sup>32</sup> METCALF, Alida C. **Os papéis dos intermediários na colonização do Brasil, 1500–1600**. Campinas: Editora da Unicamp, 2019. p. 30.

<sup>33</sup> *Ibid.*, p. 65.

<sup>34</sup> ALBERTO, Edite Maria da Conceição Martins. **Um negócio piedoso:** o resgate de cativos em Portugal na Época Moderna. Orientadora: Maria Augusta Lima Cruz. 2010. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Minho, 2010. p. 3-4.

Trindade, que buscavam negociar e financiar o resgate de cativos, respectivamente).<sup>35</sup> E, como finalmente destaca Edite Maria Alberto,

O cativeiro constituía, deste modo, uma preocupação que fazia parte da vivência dos homens medievais, sendo ao mesmo tempo alvo da atenção dos pensadores e legisladores que tentavam resolver o problema do ponto de vista monetário e, simultaneamente, influenciar as populações para o encararem como virtude e *serviço de Deus*. [...] À Igreja interessava não só a remissão daqueles que sofriam no cárcere o jugo muçulmano, mas também o cuidado em garantir a presença de religiosos junto aos cativos cristãos com o objectivo de evitar a sua apostasia face aos aliciamentos do mundo islâmico.<sup>36</sup>

E, de fato, o cativeiro foi uma preocupação inicial da Igreja, preocupada com possíveis deserções. Não obstante, quando o palco do cativeiro passa a ser o ultramar — e quando as preocupações portuguesas deixam de ser exclusivamente as religiosas para ser também econômicas<sup>37</sup> — outros grupos passam a cada vez mais se interessar pelos cativos, e, acima de tudo, pelos que eles têm a dizer. Seja em investigações inquisitoriais, peças de entretenimento ou importantes informações geográficas e etnográficas (que é o nosso caso aqui), as *narrativas de cativeiro* caíram no interesse comum, e se tornaram importantes formas de intermediação de conhecimento por toda a modernidade.

Com efeito, desde os *lançados* e *degredados*, discutidos anteriormente, vemos que os portugueses se preocuparam sobremaneira em criar sujeitos transculturais, e que esse conhecimento vinha do contato prolongado e da experiência empírica. Como destaca Lisa Voigt, “os portugueses há muito estavam cientes da importância de ‘habitar entre eles’, num sentido literal, para a aquisição de conhecimento empírico que serviria para os objetivos de expansão imperial”.<sup>38</sup> O cativeiro era a forma mais prática — talvez justamente por ser accidental — dessa perspectiva de “habitar entre eles”, assumindo o papel do mediador transcultural que Alida Metcalf havia delineado.

Quando esse tipo de conhecimento crucial não era oferecido de forma oral, ela poderia ser escrita por meio escrito ou pictográfico. Para Linda Colley, a narrativa de cativeiro descrevia “como um indivíduo ou grupo eram capturados, como a(s) vítima(s) lidaram (ou não) com os desafios que se seguiram, ou como eles conseguiram escapar ou ser libertos ou soltos no final”.<sup>39</sup> E, com efeito, constituem “a mais parecida aproximação que temos no passado das análises de antropólogos e etnógrafos imersos em sociedades

<sup>35</sup> *Ibid.*, p. 4-5.

<sup>36</sup> *Ibid.*, p. 4. Grifos da autora.

<sup>37</sup> Luís Filipe Thomaz, citando Vitorino Magalhães Godinho e sua tese do “cavaleiro-mercador”, destaca a mudança de perspectiva da expansão no norte da África, que passa do espírito cruzadístico para incluir preocupações com comércio e conquista, que marca o pontapé da experiência colonial. Quanto a isso, cf. THOMAZ, Luiz Felipe Ferreira Reis. *Expansão portuguesa e expansão europeia: reflexões em torno da génesis dos descobrimentos*. In: THOMAZ, Luiz Felipe Ferreira Reis. *De Ceuta a Timor*. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 1994. p. 1-41, esp. 36-38.

<sup>38</sup> VOIGT, *op. cit.*, p. 4. Tradução minha.

<sup>39</sup> COLLEY, Linda. *Captives: Britain, Empire, and the World, 1600-1850*. New York: Anchor Books, 2004. p. 13.

estrangeiras hoje”.<sup>40</sup> Transmitidas de forma escrita em prosa, canções, lápides ou sermões, ou mesmo desenhadas, gravadas em moedas ou tatuadas, essas histórias circulavam — e, quando não eram imagens de resiliência cristã e fontes de entretenimento, elas eram, reitera-se, formas particulares de agir como espiões para o império.<sup>41</sup>

As narrativas de cativeiro que trataremos aqui foram produzidas num período muito específico do relacionamento luso-chinês, mas seu impacto foi extremamente prolongado e, discutivelmente, ainda ressoa na contemporaneidade. Seus autores foram homens presos no meio do conturbado meio político da dinastia Ming, num momento em que a Portugal, como destacado, tinha um interesse alargado na China. Esses indivíduos não perderam tempo em instrumentalizar sua experiência em benefício do império, ainda que, naturalmente, visando seu próprio interesse (o imediato, ser resgatado; o posterior, algum tipo de compensação). Num momento em que não se tinha noção do que ia para além de Cantão e Liampó, esses cativos oferecem não só um panorama geral do que vivenciaram e viram, mas do que os portugueses poderiam fazer ali — desde o relacionamento comercial pacífico até a conquista militar.

## Portugueses na Ásia e a demanda pela China

O interesse português pela China pode ser traçado imediatamente após sua chegada à Ásia. Já na expedição de Vasco da Gama, que desembarcou em Calicute em 1498, a comitiva logo teve notícias das explorações marítimas do chinês Zheng He, cerca de cinquenta anos antes, que deixaram profunda impressão nos locais. Essas informações foram enviadas em duas cartas de Girolamo di Caprino Serigi, datadas de 10 de julho e 28 de agosto, até Florença, onde foram impressas na importante coletânea italiana *Paesi Novamente Retrovati et Novo Mondo da Alberico Vesputio Floretino Intitulato* (1507), de Fracanzano de Montalbaldo.<sup>42</sup> Para além delas, destaca-se as informações recolhidas junto ao presbítero nestoriano José Indiano, que também foram incluídas no *Paesi*, além de uma carta de 18 de agosto de 1501, remetida aos Reis Católicos, e que tratam de uma certa “Malchina”, ou “Grande China”, e que foram posteriormente publicadas em Roma e Milão em 1505.<sup>43</sup> Nota-se, aliás, como os italianos nesse momento ainda tinham grande interesse pela região e, com isso, se empenharam na recolha e publicação de toda informação disponível.

As primeiras informações sobre a influência política e cultural da China, recolhidas na primeira década europeia de presença constante na Ásia, a coroa portuguesa insistiu em enviar missões oficiais que

<sup>40</sup> *Id., ibid.*

<sup>41</sup> *Ibid.*, p. 12-13.

<sup>42</sup> BARRETO, *Da China Ming...* p. 410-411.

<sup>43</sup> *Ibid.*, p. 411-412.

pudessem descobrir quem eram os chineses. Em 1505, Francisco de Almeida, primeiro governador do Estado da Índia, partiu de Lisboa com ordens de descobrir as terras para além de Malaca, o que incluía, ainda que não explicitamente, investigar o que havia sido dito sobre a China e o Extremo Oriente até então.<sup>44</sup> Não tendo sido cumprida a missão, a coroa decide enviar em 1508 um certo Diogo Lopes de Sequeira para investigar a região. No famoso regimento que levou consigo, Sequeira deveria descobrir quem eram os “chins”, e, tão logo chegasse na sua “célebre cidade” (isto é, Cantão), deveria “procurar saber quem eram, de onde vinham, qual o seu aspecto e riqueza e como era o seu regime de frequência e estadia em Malaca, sem esquecer informações sobre sua terra natal, o seu rei e sua religião”.<sup>45</sup>

Nesse período, aliás, começam a se arquitetar as primeiras coletâneas de síntese do conhecimento asiático. Cabe citar, por sua importância, o *Livro das cousas da Índia*, de Duarte Barbosa (1511–1516), e a *Suma Oriental* (1512–1515), de Tomé Pires.<sup>46</sup> Este último, como veremos, teve um papel preponderante na produção de conhecimento da China para a Europa, seja diretamente, a partir da própria *Suma*, como indiretamente, a partir do *debacle* da embaixada que chefiou.

Os portugueses se empenharam, nesse momento, em tentar entrar na China e recolher o máximo de informações que podiam. Uma série de missões foram encomendadas, portanto — tanto por ordem de D. Manuel quanto de Afonso de Albuquerque. Já em 1511, após a conquista de Malaca (um pequeno Estado em posição absolutamente estratégica na península malaia), é enviado um certo João Viegas à China, que, no entanto, não consegue chegar até lá. No ano seguinte, é a vez de Jorge Álvares, que não apenas consegue entrar na região, mas regressa a Lisboa em 1514 e relata um pouco do que vivenciou. Uma terceira expedição ainda foi organizada em 1515, quando Rafael Perestrelo, sob ordens de D. Manuel (ou talvez, como aventa João de Oliveira e Costa, das autoridades portuguesas em Malaca), que igualmente retorna para Portugal em 1516 para relatar o que sabia à coroa.<sup>47</sup>

Antes mesmo que Perestrelo retornasse à Portugal, entretanto, D. Manuel ordena, em 1515, uma quarta expedição à China, comandada por Fernão Peres de Andrade. A ideia era chegar na China como uma missão oficial. Em Malaca, quando se preparava para partir, o vice-rei Lopo Soares de Albergaria nomeia como embaixador Tomé Pires — o mesmo da *Suma Oriental*. Pode-se delinejar, segundo João Paulo de Oliveira e Costa, três objetivos: estabelecer contatos diplomáticos com a China, encetar relações comerciais

<sup>44</sup> COSTA, João Paulo de Oliveira e. A coroa portuguesa e a China (1508–1531): do sonho manuelino ao realismo joanino. In: ALVES, Jorge Manuel dos Santos; SALDANHA, António Vasconcelos de (org.). **Estudos de história do relacionamento luso-chinês: séculos XVI–XIX**. Macau: Instituto Português do Oriente, 1996. (Coleção Memórias do Oriente). p. 14.

<sup>45</sup> PINTO, Paulo Jorge de Souza. A China pelos olhos de Malaca: a *Suma Oriental* e o conhecimento europeu do Extremo Oriente. In: CARNEIRO, Roberto; MARTINS, Guilherme d’Oliveira (coords.). **China e Portugal, cinco centúrias de relacionamento: uma leitura académica**. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2014. p. 13.

<sup>46</sup> BARRETO, Da China Ming..., p. 416.

<sup>47</sup> COSTA, op. cit., p. 16-19.

(trocando a pimenta de Pacém por seda, almíscar e porcelana) e recolher o máximo de informações possíveis. A comitiva chegou em Cantão em 1517, onde os portugueses rapidamente iniciaram trocas no litoral e enviaram espiões por Cantão e a província vizinha de Fujian.<sup>48</sup>

Não cabe aqui discutir propriamente as vicissitudes da embaixada desde sua chegada, em 1517, até a sua derradeira expulsão, em 1521. Cabe, no entanto, destacar o esforço de recolha de informações e de análise do espaço e do comércio, elementos de suma importância para as atividades portuguesas na Ásia. Até aqui, os portugueses haviam desenvolvido tentativas de recolha informativa com variados níveis de sucesso — mas foi apenas a partir das cartas dos prisioneiros de Cantão, Cristóvão Vieira e Vasco Calvo, que se pode vislumbrar pela primeira vez uma imagem da China mais elaborada, fixada nos princípios etno-geográficos produzidos por intermediários, como discutímos anteriormente. Sua composição é indicativa dessas preocupações de análise do espaço, mormente, assim como as formas pelas quais seus autores poderiam se fazer úteis à coroa.

Os cativos de Cantão não perdem tempo em relatar, tão logo quanto possível, as impressões que tiveram da paisagem — bem como os usos que lhes poderiam dar. Isso fica bem visível ao ser um dos primeiros elementos a que fazem referência (logo após uma recensão, por parte de Vieira, das vicissitudes da sua embaixada). Os rios e montanhas, bem como o uso que os chineses são a eles, aparecem como elemento de destaque — a chave para a conquista, mas também para a própria manutenção comercial da região, considerando a sua futura adição ao Estado da Índia. Vieira nos conta que “o melhor desta terra esta por rios que todos decem ao mar, [...] per onde fomos tudo são rios, tem barcas e navios lados per baixo sem conto de muitos eu me afirmo que veria mais de /30 000/ ante grandes e pequenos”.<sup>49</sup> Acrescenta, ainda que “toda pesajem e caminhos na terra da China he em rios porque toda a China e cortada dos rios que não se podẽ andar duas legoas por terra sem atravesar vinte rios”.<sup>50</sup> E conclui: “se estas barcas de Cantão forẽ destroidas não pode das outras governanças vir socorro porque não teẽ caminhos por terra assi quem for señor do termo de Cantão despejados os rios tudo jaz na mão”.<sup>51</sup>

Cristóvão Vieira nos coloca, assim, como um construtor de uma paisagem da China em que os rios assumem uma importância fundamental. Colocando-o como um objeto de importância ímpar para as comunicações domésticas — das quais depende toda a economia e defesa da terra — Vieira aponta a chave para a conquista. Assim, ao fazer uma escolha consciente do que e como descrever, elege os rios como um elemento de primazia. Certamente, na qualidade de mercador e embaixador, tinha noção da importância da

<sup>48</sup> *Ibid.*, p. 20-22.

<sup>49</sup> VIEIRA, Cristóvão. Trelado de húa carta que da China veo a qual carta escreveo Christovão Vieira Vasco Calvo que laa estão captivos os quaes forão da companhia dos embaixadores que levou Fernão Perez anno de 1520. In: D'INTINO, *op. cit.*, p. 21. Nota-se que, a despeito do título do manuscrito, a carta é de escrita exclusiva de Cristóvão Vieira.

<sup>50</sup> *Ibid.*, p. 23.

<sup>51</sup> *Id., ibid.*

navegação para os projetos portugueses. Ora, ao apontar esses elementos juntamente com suas propostas expansionistas, naturalmente remetia à própria condição do império fragmentado lusitano no Oriente, acrescentando a China (futuramente) à dinâmica portuguesa. Essa referência, mais do que uma simples constatação, é uma expressão do esforço de fazer-se útil, de apontar como os portugueses, usando as ferramentas que tinham, poderiam subjugar uma terra imensa como a China.

Galeote Pereira, prolífico autor dessa primeira sinologia, também nos apresenta uma imagem deslumbrante dos rios e das comunicações fluviais. Ele repete, portanto, a mesma impressão que teve Vieira: “mas como esta terra da China he toda lavrada de rios, de maneira que se navega de hūas cidades pera outras por elles, a maior parte deste caminho he em paros mui ligeiros”.<sup>52</sup> Mas, ainda, Pereira nos expande essa percepção ao acrescentar aos rios a bonança material que deles se poderia tirar:

Tenho dito que esta terra da China he toda cortada de rios tamto que somente quem o vir ho pode crer; agora o torno a afirmar que, quamto nos hiamos mais emgolfando polla terra demtro, tamto os achavamos maiores e, semdo tanto pollo certão que hiamos, a lugares aomde nunqua hia pesquado do mar e o sal ē estremo caro por hir de muito lōge, todavia somete dos rios achavamos os vazares cheios de saveis e guaroupas, bagres, e peixe e assi muito marisquo, e não sabiamos que dizer a isto por ser como digo leomge [...].<sup>53</sup>

A descrição de Pereira é rica não apenas ao indicar a abundância dos rios e seu papel governativo, mas mesmo o próprio material que se poderia extraír dele, algo que, em sua concepção, parecia impossível. Naturalmente que aqui é um dos trechos que poderíamos discutir um processo de elogio extremo, quase utopização, da terra chinesa, algo que não pretendo fazer aqui.<sup>54</sup> Mas, de toda vez, sua impressão — que tem um efeito duplo de informar e maravilhar — oferece mais uma potencialidade e percepção sobre a China como uma “civilização fluvial”, que seria útil aos portugueses em seus contatos e, ainda, na própria empresa da conquista.

Outro aspecto que não deixa de ser notado pelos cativos de que tratamos é a riqueza material da terra (e aqui consideramos, acima de tudo, os metais preciosos), que não apenas são apontados como abundantes, mas também de fácil acesso. Acima de tudo, porém, está em apontar que sua exploração seria muito lucrativa para os portugueses, que poderiam replicar seus lucros em todo o resto da Estado da Índia apenas com o sul da China. Mais uma vez, portanto, há um ímpeto em se fazer útil — em aliar a sua capacidade de

<sup>52</sup> PEREIRA, Galeote. *Alguas cousas sabidas da China por Portugueses que estiberão la cativos e tudo na verdade que se tirou dum tratado que fez Galiote Pereira homem fidalgo que la esteve cativo alguns anos e vio tudo isto passar na verdade o qual he de muito credito.* In: D'INTINO, *op. cit.*, p. 103.

<sup>53</sup> *Ibid.*, p. 120.

<sup>54</sup> D'Intino (1989) discute bem a hipótese na introdução da sua coletânea (ver p. XIII-XXXIX). Francisco Roque de Oliveira, por sua vez, faz um balanço da questão em OLIVEIRA, Francisco Roque de. China: utopia ou distopia?: interpretações sobre o tratamento da matéria chinesa na literatura geográfica ibérica do século XVI. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 14., 2016, Barcelona. *Anais [...].* Barcelona: GEOcrítica, 2016.

ver e interpretar a realidade material chinesa de acordo com a importância que poderia ter para o projeto imperial português.

Vieira e Calvo, a partir de sua parca visão assentada em Cantão, não obstante puderam indicar como apenas essa província já seria de grande ajuda para os portugueses. Cristóvão Vieira nos diz que “esta governança de Cantão he das melhores da China de que o Rei recebe muitas rendas porque he d’arroz e mantimentos sem conto e todas as mercadorias de toda a terra vem aqui deferir em rezão da escala do mar [...].”<sup>55</sup> Seu tino observador percebe, portanto, como Cantão é um centro produtor e escoador de uma diversidade de produtos, cujo controle seria lucrativo à coroa portuguesa. Seu companheiro de jugo assim o confirma, uma vez que

Pollo qual señor se fara nesta cidade outra casa da India não trazendo de Portugal salvante daqui levarem nao carregada de prata e ouro pera na India fazerem cargo das naos pera Portugal e se fazer o gasto na India daqui ira cobre salitre chumbo pedra allume estopa cabres todo o ferro pregadura breo todas estas cousas são tanto em abastança que se pera espantar aqui se fara toda armada que ha India se ouver mister galees galiões naos ha madeira muita carpinteiros da terra muitos como bichos e assi ferreiros pedreiros telheiros outros officiaes e pera espantar não ha portuges nenhum de por mão em pedra nem em pao pera se fortaleza fazer.<sup>56</sup>

Esse trecho talvez seja rico em indicar a própria substância dos intentos portugueses no Oriente, bem como do cativo como intermediário nesse papel. Com efeito, ele não apenas indica a absoluta abastança de uma diversidade de produtos, todos do maior interesse português (como vimos, o intento manuelino era estabelecer uma rota comercial que trocaria a pimenta de Patane por seda e porcelana); mas também aponta que a própria sociedade local, subjugada, poderia construir um centro lusitano de extração e comércio. Se a realidade comercial já havia sido anteriormente explorada por Tomé Pires em sua análise minuciosa do comércio no sudeste asiático, é com esses homens que se tem uma primeira dimensão do que se poderia extrair da terra, as dinâmicas locais para tal e indicar como os gastos envolvidos no processo seriam rapidamente cobertos pela própria lucratividade do trato.

Os cativos de 1556 confirmam essas posições ao apontar as riquezas da terra e o seu imenso potencial. Amaro Pereira, cuja imagem da China passa longe de qualquer tendência elogiosa, não deixa de comentar que “nestes reinos ha muitas minas de prata e em Cantão tambẽ as ha e em Ainam”<sup>57</sup> também; em

---

<sup>55</sup> VIEIRA, *ibid.*, p. 23-24.

<sup>56</sup> CALVO, *op. cit.*, p. 51.

<sup>57</sup> Ainam/Ainão se refere à Hainan, uma ilha ao sul de Cantão que, à época, constituía parte do território cantonês. Hoje constitui-se uma província independente.

Ainão ai adonde tirão mais aljôfar do que tirão em Ceilão ou Pescaria".<sup>58</sup> Percebe-se, para além das riquezas, um sentido comparativo com outras regiões que, à época, estavam em influência portuguesa e constituía parte de sua rede comercial — Ceilão (atual Sri Lanka) e a costa da Pescaria (a costa ocidental do subcontinente indiano).

As referências à Índia (isto é, aos outros domínios portugueses) é sempre usada de forma fortuita e como instrumento retórico. Também pudera — neste momento a Ásia ainda se oferecia como terra de promessas e o Estado da Índia ainda era relativamente lucrativo se comparado ao longo declínio após a década de 1580, com a união das coroas ibéricas e a subsequente chegada dos holandeses ao continente.<sup>59</sup> Vasco Calvo acredita que “outra India se alcançara e de tanto proveito e per tempo muito mais que recrecera mais gente e assi irão alcançando mais e sogigarão [subjugarão] mais, e assi todolos Portugueses muito riquos que a terra o cosête”.<sup>60</sup> Vê-se, portanto, não apenas um lucro igual, mas multiplicável — uma profecia autorrealizável. Afonso Ramiro é ainda mais otimista, indicando que “e isto he a verdade e tragão a embaixada e certo que se põe por obra que he a mais facil cousa do mundo de fazer, e el Rei de Portugal sera o mais rico de dinheiro que [h]a [a]i no mundo, porque o trato que tratarão aqui lhe rendera hum terço do que lhe rendem as Indias e esta he a verdade”.<sup>61</sup>

A percepção dessa relevância comercial — ainda que naturalmente embelezada e aumentada como discurso — é parte essencial dessa dinâmica de informar a partir de uma posição privilegiada e indicar quais caminhos as coroas a que se submetem poderiam explorar. A seu passo, os cativos ainda esperavam alguma contribuição — a mais urgente, supomos, é serem resgatados. Afonso Ramiro nos deixa explícito esse desejo, indicando que o envio de uma embaixada era condição essencial em que “seremos livrados todos de cativeiros”.<sup>62</sup>

## Considerações finais

A preocupação portuguesa em conhecer a China, durante todo o século XVI, esteve plenamente atrelada tanto às impressões herdadas do medievo quanto os boatos que ouviram sobre sua singularidade frente ao resto da Ásia. Portanto, era um assunto de interesse imperial, e, durante toda a existência do Estado

<sup>58</sup> GAGO, Baltazar. Enformação da China que ouve de hū portugues por nome Amaro Pereira que esta preso em Cantão ha 14 anos e vai no certo. In: D'INTINO, *op. cit.*, p. 93.

<sup>59</sup> Quanto a isto, veja VALLADARES, Rafael. **Castilla y Portugal en Asia (1580–1680):** declive imperial y adaptación. Leuven: Leuven University Press, 2001.

<sup>60</sup> CALVO, *op. cit.*, p. 46.

<sup>61</sup> RAMIRO, Afonso. Traslado de hua carta que Afonso Ramiro cativo na China escreveo aos Portugueses que estavão fazendo fazenda em o porto da China, ano de 1555. In: D'INTINO, *op. cit.*, p. 84.

<sup>62</sup> RAMIRO, *op. cit.*, p. 84.

da Índia (desbaratado em meados do século XVII), foi uma das prioridades na região. A existência de Macau é exemplar: experiência única de colônia na Ásia, esteve em posse dos portugueses até 1999, quando foi devolvida oficialmente à China — a última posse portuguesa no ultramar por excelência.

Era preciso, portanto, encontrar meios de se conhecer um espaço ao qual se tinha absolutamente interesses e numerosos planos, mas que se demonstrava sisudo com estrangeiros e, de sua parte, insondável. O cativeiro foi uma das janelas que apareceram nesse momento — experiência única de contato em terras além da esfera de influência portuguesa, em região absolutamente marginal das possessões asiáticas, oferecia um modo de se conhecer a China de dentro para fora, a partir de um contato prolongado e empírico. A coroa e a burocracia do Estado da Índia, assim como os jesuítas, souberam usar essas impressões a seu favor — foi com elas que se tornou possível a normalização dos contatos mercantis em Macau, em 1557, ou à missão de Ricci e Ruggieri, a partir de 1583.

Para além dos aspectos que discutimos aqui, ainda muitos há outros aspectos que poderiam ser considerados — a pujança dos mandarins, a estrutura arquitetônica das cidades (em que as estradas tem um papel de preponderância), mesmo as discussões acerca da cultura e das possibilidades (ou não) de conversão ao cristianismo. Todos esses aspectos, naturalmente, tem um lugar de relevância nos planos portugueses para a China, e os cativos seguem roteiros parecidos ao apontar a utilidade e as minúcias desses aspectos. Porém, busquei aqui focar principalmente no aspecto geográfico, uma vez que são essas as preocupações (e o interesse, para não dizer curiosidade) mais imediatas dos portugueses no Oriente. Afinal, como Barreto bem indica, são esses os fatores sob o qual se assenta a literatura da expansão, em que os intermediários culturais, como define Metcalf, se colocam como tradutores de mundo — nesse caso, da paisagem. Este estudo nem de longe esgotam as possibilidades múltiplas de análise, mas indicam caminhos possíveis que se podem explorar em fontes que, a despeito de serem há muito conhecida, seguem largamente negligenciadas — um erro não desprezível, pois são, antes de tudo, as janelas para os projetos imperiais lusitanos na Ásia. O papel do cativeiro até então tem sido negligenciado pela historiografia, a despeito de se mostrar uma fonte absolutamente rica para se compreender a ideologia imperial portuguesa e os primeiros choques culturais entre duas civilizações distintas. Continuar a ignorar esses contatos seria absolutamente insensato.

## Referências

ALBERTO, Edite Maria da Conceição Martins. **Um negócio piedoso:** o resgate de cativos em Portugal na Época Moderna. Orientadora: Maria Augusta Lima Cruz. 2010. Tese (Doutorado em História) — Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Minho, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/13440>. Acesso em: 11 abr. 2022.

ALMEIDA, Anna Luisa Souza de. O encontro entre a cruz e o dragão: a missão jesuítica na China imperial (1579–1773). **Cadernos de História UFPE**, Recife, v. 12, n. 12, p. 190–211, jan./dez. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3v07O9D>. Acesso em: 29 mar. 2022.

BARRETO, Luís Filipe. Da China Ming na cultura europeia: os pólos português e italiano. **Anais de História de Além-Mar**, Lisboa; Ponta Delgada, v. 3, p. 409-446, 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/44978>. Acesso em: 2 abr. 2022.

BARRETO, Luís Filipe. Fundamentos da cultura portuguesa da expansão. **Philosophica**, Lisboa, n. 15, p. 89-115, 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/44975>. Acesso em: 2 abr. 2022.

BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (orgs.). **História da expansão portuguesa**. 1 v. Lisboa: Temas e Debates, 1998.

BROCKEY, Liam Matthew. The first China hands: the forgotten Iberian origins of Sinology. In: LEE, Christina H. (ed.). **Western visions of the Far East in a transpacific age, 1522–1657**. Farnham: Ashgate, 2012. p. 69-84.

BROTTON, Jerry. O bazar do Renascimento: da Rota da Seda a Michelangelo. São Paulo: Grua, 2009.

CHANG, T'ien-Tse. Malacca and the failure of the first Portuguese embassy to Peking. **Journal of the Southeast Asian History**, Cambridge, v. 3, n. 2, p. 45–64, set. 1962. DOI. 10.1017/S021778110000123X.

CHANG, Y. Z. Why did Milton err on two Chinas?. **The Modern Language Review**, Cambridge, v. 65, n. 3, p. 493-498, jul. 1970. DOI. 10.2307/3723329.

COLLEY, Linda. **Captives: Britain, Empire, and the World, 1600-1850**. New York: Anchor Books, 2004.

COSTA, João Paulo de Oliveira e. A coroa portuguesa e a China (1508–1531): do sonho manuelino ao realismo joanino. In: ALVES, Jorge Manuel dos Santos; SALDANHA, António Vasconcelos de (org.). **Estudos de história do relacionamento luso-chinês: séculos XVI–XIX**. Macau: Instituto Português do Oriente, 1996. (Coleção Memórias do Oriente). p. 11-84.

CURTO, Diogo Ramada. **Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVII)**. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

D'INTINO, Raffaella. **Enformação das cousas da China: textos do século XVI**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

DORÉ, Andréa. Cristãos na Índia no século XVI: a presença portuguesa e os viajantes italianos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 311–339. DOI. 10.1590/S0102-01882002000200004.

FERGUSON, Donald. **Letters from the Portuguese captives in Canton, written in 1534 & 1536: with an introduction on Portuguese intercourse with China in the first half of the sixteenth century**. [s.l]: Educ. Steam Press, 1902.

- LOUREIRO, Rui Manuel. **Cartas dos cativos de Cantão: Cristóvão Vieira e Vasco Calvo (1524?)**. Introdução, leitura e notas de Rui Manuel Loureiro. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1992.
- METCALF, Alida C. **Os papéis dos intermediários na colonização do Brasil, 1500–1600**. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.
- O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América**: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- OLIVEIRA, Francisco Roque de. **A construção do conhecimento europeu sobre a China, c. 1500–c. 1600**: impressos e manuscritos que revelam o mundo chinês à Europa culta. Orientadora: Maria Dolors Garcia Ramon. 2003. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Departamento de Geografia, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10803/4951>. Acesso em: 8 abr. 2022.
- OLIVEIRA, Francisco Roque de. China: utopia ou distopia?: interpretações sobre o tratamento da matéria chinesa na literatura geográfica ibérica do século XVI. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 14., 2016, Barcelona. *Anais [...]*. Barcelona: GEOcrítica, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3ui4IOZ>. Acesso em: 7 abr. 2022.
- PADRÓN, Ricardo. Sinophobia vs. Sinophilia in the 16<sup>th</sup> century Iberian world. **Revista de Cultura**, Macau, n. 46, p. 94–107, 2014. Disponível em: <http://www.icm.gov.mo/rc/viewer/40046/>. Acesso em: 7 abr. 2022.
- PINA, Isabel. **Jesuítas chineses e mestiços na missão da China (1589–1689)**. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, I. P., 2011.
- PINTO, Paulo Jorge de Souza. A China pelos olhos de Malaca: a *Suma Oriental* e o conhecimento europeu do Extremo Oriente. In: CARNEIRO, Roberto; MARTINS, Guilherme d'Oliveira (coords.). **China e Portugal, cinco centúrias de relacionamento**: uma leitura académica. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2014. p. 13-22.
- THOMAZ, Luiz Felipe Ferreira Reis. **De Ceuta a Timor**. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 1994.
- VALLADARES, Rafael. **Castilla y Portugal en Asia (1580–1680)**: declive imperial y adaptación. Leuven: Leuven University Press, 2001.
- VOIGT, Lisa. **Writing captivity in the Early Modern Atlantic**: circulations of knowledge and authority in the Iberian and English imperial worlds. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2009.

Recebido em 04/02/22 aceito para publicação em 13/04/22.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhável 4.0 Internacional.

Revista Vernáculo n.º 50 – segundo semestre/2022

ISSN 2317-4021